

REALISMO E CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE MAQUIAVEL

José Willon Girard de Matos*

Resumo: O presente artigo objetivou explicitar o pensamento político de Nicolau Maquiavel. Apresentou-se o contexto histórico do florentino, a metodologia que autor se utilizou para inaugurar uma nova forma de olhar a filosofia política, e seus conceitos mais importantes. A metodologia utilizada no artigo consistiu em revisão de literatura, sobretudo, a leitura de “O Príncipe” e “Discorsi”. Através disso, foi apresentada uma reflexão dividida em quatro sessões, buscando demonstrar a consistência de seu pensamento. Realizou-se apontamentos sobre aproximações e distanciamentos entre Marx e Maquiavel; dissertou-se brevemente sobre suas contribuições e atualidade para pensar a política.

Palavras-chave: Realismo Político. Virtú e Fortuna. Absolutismo ou República.

REALISM AND CONTRIBUTION OF MAQUIAVEL'S POLITICAL THINKING

Abstract: This article aimed to explain Nicolau Machiavelli's political thought. The historical context of the Florentine was presented, the methodology that the author used to inaugurate a new way of looking at political philosophy, and its most important concepts. The methodology used in the article consisted of a literature review, especially the reading of “O Príncipe” and “Discorsi”. Through this, a reflection divided into four sessions was presented, seeking to demonstrate the consistency of his thinking. Notes were made about approximations and distances between Marx and Machiavelli; briefly discussed their contributions and actuality in thinking about politics.

Keywords: Political Realism. Virtú and Fortuna. absolutism or republic.

INTRODUÇÃO

De fato, muitos são os pensadores que podemos considerar “clássicos” no campo da filosofia política e, de forma geral, compreendemos por clássicos os autores seminais, dos quais nos deixaram seu vasto legado como uma herança que nos pode ser constantemente útil em suas mais diversas formas e ressignificações. Dentre esses, um autor renascentista toma um lugar de destaque por nos apresentar uma nova forma de ver a política e, não obstante, também de lidar com ela em sua forma mais prática possível. Nicolau Maquiavel é considerado precisamente como um divisor de águas na

* Graduando em Licenciatura Plena em Filosofia pela UEPa. E-mail: willongerard002@gmail.com.

história da filosofia política e, considerado por muitos como pai da ciência política moderna.

Nicolau Maquiavel é um autor cuja sua importância é de difícil mensuração até para os especialistas mais renomados sobre o assunto, suas obras até hoje suscitam ricos debates em ética, política, entre tantos outros campos de conhecimento. Dessa forma, sua filosofia política já muito lida e interpretado das mais diversas maneiras, assim como também já o foi muito criticada e citada, mas nem sempre tratada e compreendida com o devido valor.

Partindo dessas considerações iniciais, o presente artigo se introduz na problemática da busca por uma compreensão holística do pensamento político de Nicolau Maquiavel, perguntando-se questões tais como; qual organização política Maquiavel defendia? Qual foram as intenções de seus escritos? E, por que é considerado tão importante?

Maquiavel nos traz todo um arcabouço teórico e um novo jeito de se analisar a política em época em que contestar determinadas autoridades se fazia uma atividade ainda mais perigosa, ousando uma visão de forma inovadora, suas obras e configuração de Estado influenciaram diversas figuras históricas, tais como Antonio Gramsci e Jean-Jacques Rousseau. Dessa forma, pretende-se nesse artigo, a construção de uma interpretação possível sobre o pensamento político de Nicolau Maquiavel, sobretudo a partir suas principais obras: *O Príncipe*, escrita em 1513, mas só publicada em 1532; e *Discorsi*, obra escrita entre 1513 e 1517, mas somente publicada em 1531. Ambas consistem em obras de enorme importância, tanto para a história do pensamento político quanto para compreensão do autor.

Assim, a pesquisa que se levanta aqui sobre Nicolau Maquiavel tem justificada a sua relevância filosófica e sua acadêmica, bem como também sua relevância prática, uma vez que nos é possibilitado, através do realismo político do autor, uma chave para interpretar e também agir sob as condições políticas efetiva das coisas, conforme o próprio pensamento do autor florentino.

A metodologia utilizada nesse estudo, consiste no levantamento de fontes bibliográficas do autor e de especialistas em suas obras, lançando mão de filósofos que expuseram sua interpretação sobre Maquiavel. Leva-se em conta no procedimento

reflexivo que se constrói nessa pesquisa, o contexto histórico necessário para a apreensão do pensamento político do autor trabalhado, tal como também o delineamento do mesmo para não cair no erro de utilização anacrônica das obras ao se construir uma interpretação e, buscar demonstrar como se desenvolvem e se entrelaçam dentro do jogo de forças da política todas essas ideias a partir dos próprios conceitos e recomendações de Nicolau Maquiavel.

1 – CONTEXTO HISTÓRICO

Na Idade Média, a sistematização do poder político era engendrada fortemente pelo poderio da igreja e senhores feudais⁸⁰. Sendo a igreja detentora de grande influência intelectual, os pensamentos de Santo Agostinho, filósofo católico influenciado pelo idealismo platônico, eram muito presentes. Assim, era comum dentro dessa tradição haver bases de hierarquizações, onde, colocava a faculdade contemplativa como a mais virtuosa e superior ante às outras. Logo, uma sociedade da qual se faça prover dentro do ideal medieval de homem, tem como base em seus preceitos a figura de Deus no centro de todo seu encadeamento, a obra humana “[..] era a pura expressão de nossa concepção de seres em queda. As verdadeiras ações dignas de elogio eram praticadas sob a inspiração divina” (BIGNOTTO, 1991, p. 32). Do divino proveria o poder e a glória, não das capacidades humanas individuais, mas, somente por e através dele todos deveriam se curvar e se honrar.

“Santo Agostinho, baseando-se em Platão, mas empregando a terminologia da lei romana, analisa a própria justiça em termos de *dominium*, quer dizer, a legítima dominância do superior sobre o inferior” (STREFLIG. S. 2016, p. 36). Assim, dentro da política medieval, toda graça e autoridade ao poder deriva dessa figura que era utilizada para legitimar os principados. Isso aparece justificado no escrito do Apóstolo Paulo:

Que toda pessoa se submeta às autoridades superiores; porque não existe autoridade que não venha de Deus e as autoridades que existem

⁸⁰ O cristianismo não sendo apenas uma doutrina, mas um modo de vida dos que se denominam cristãos, influenciou profundamente a civilização ocidental. Segundo Streflig (2016), o clero possuía considerável parte dos feudos e, em diversas ocasiões se tem influência do papado na política, chegando mesmo a dar legitimidade para os soberanos. No século XII, se passou ressaltar cada vez mais um aspecto político-secular que se firma fortemente na plenitude de poder do papa. Impera o objetivismo sobre o subjetivismo, isto é, o que o papa profere é norma segura e obrigatória para todo cristão. A partir de Gregório VII, essa evolução do papado se concentra na ideia do poder que se sobrepõe sobre todos os outros campos. Assim, se compreendia a força papal sobre as potências políticas do Ocidente, com o poder de depor dos cargos e benefícios em toda a Igreja.

foram instituídas por Deus. É por isso que aquele que resiste à autoridade resiste à ordem que Deus estabeleceu e aqueles que resistem atrairão uma condenação sobre si próprios. (BÍBLIA, 2014 p. 1382)

Assim, nesse contexto o humano era um ente do qual atingiria sua dignidade partindo do divino, do ato contemplativo, não propriamente na valorização de suas ações. Em resumo, a política servia como alicerce de organização para possibilitar uma melhor ordem à contemplação.

Embora, a partir do século XV, como bem nos é explicado no livro Para Compreender a Ciência (ANDERY, Maria Amália. et al. 2012), a Europa, incluindo a Itália, inicia um efervescente processo de ruptura paradigmática. Esse processo se dá, entre muitos fatores, pelas conquistas marítimas e expansão do comércio local que trouxe maior contato com a Ásia e toda a cultura oriental, pois, esse desenvolvimento está no epicentro do processo transicional das forças produtivas feudais para o mercantilismo, que nos traz consigo o surgimento de muitos comerciantes, artesãos, etc. Esses mercadores que cada vez mais rompiam com a submissão ao poder político católico, se tornaram pessoas com grande poder aquisitivo devido toda à acumulação de recursos econômicos. Dessa forma, possibilitou que essa organização societária que se estabelecia se tornasse muito produtiva culturalmente, com grandes investimentos de produções artísticas de escultores, pintores, músicos, assim como também arquitetos e intelectuais.

Essas novas produções culturais que se eclodiam em cidades como Florença e Veneza, tinham por característica uma tendência a valorização de qualidades como a inteligência, racionalidade, a arte humanista, ações em valorização do humano. Ainda, havia nelas uma estima pela natureza e os novos métodos experimentais de pesquisa científica.

Enquanto na tradição medieval ocorria o entrelaçamento das relações teológicas e políticas, nesse novo momento a política passa a se tornar uma ação exclusivamente humana, buscando-se concepções da cultura greco-romana, onde por esse motivo se compreendeu esse período como um “renascimento” diante do período das “trevas”. Giovanni Pico Della Mirandola, filósofo do período, foi de grande importância para o desenvolvimento desse processo. Em sua obra Discurso Sobre a Dignidade do Homem, ele defende o homem enquanto um ser em aberto, responsável por suas ações:

Coloquei-te no meio do mundo para que daí possas olhar melhor tudo o que há no mundo. Não te fizemos celeste nem terreno, nem mortal nem imortal, a fim de que tu, árbitro e soberano artífice de si mesmo, te plasmasses e te informasses, na forma que tiveres seguramente escolhido (2001, p. 53).

Essa passagem demonstra com ênfase a transição paradigmática que o período passava, se trata de um manifesto renascentista que nos expõe o antropocentrismo que vinha surgindo dentre os humanistas do período ao qual Maquiavel viveu.

Foi dentro desse contexto de imersão de uma cultura renascentista, que em Florença, em uma Itália saqueada e dividida em cidades-estados, nascia em 1469 Nicolau Maquiavel. Filho de família que pôde lhe proporcionar acesso aos estudos, Maquiavel estudou latim, cálculo, filosofia, história, escreveu poesias e participou ativamente da vida política de Florença, chegando a ser nomeado chanceler da república, após a queda dos Médici⁸¹ do poder.

2 – REALISMO POLÍTICO: VIRTÚ, FORTUNA E OCASIÃO

Como já dito anteriormente, Maquiavel é um marco na história da filosofia política, isso se dá pelo que chamamos de realismo político. Dentro da tradição filosófica antiga, era notável concepções utópicas acerca da política, os filósofos escreviam idealizando como a política deveria ser para que fizesse prover o bem-comum. Essas características se demonstram em grandes obras como a República, de Platão, onde o pensador nos propõe uma estrutura societária hierárquica baseada na dualidade compreendida pelo mesmo, com o rei filósofo no comando da vida política; ainda, Ética a Nicomaco e Política, do Aristóteles, expõe-nos uma política pautada na politeia, nas aptidões inatas dos seus cidadãos regidos pela ética da *eudaimonia* na harmonia com o cosmo.

Maquiavel rompe com essa tradição, agora, a política não será mais compreendida enquanto determinante das vontades divinas, da ordem da natureza, entre outras coisas, mas sim pautando-se na realidade e enquanto uma atividade exclusivamente humana. Dessa maneira, Maquiavel nos introduz na política investigações com traços do método científico; seu método se utiliza da investigação

⁸¹Os Médici foram uma poderosa família, na qual, através de poder econômico, expandiram sua influência para a política, engendrando uma dinastia muito rica que financiou grandes feitos da cultura renascentistas.

histórica se pautando nas experimentações práticas anteriores e as comparando para apreender seus meios de funcionamento. No capítulo XV de O Príncipe, ele nos demonstra essa cisão e seu realismo quando diz que

Como sei que muitos já escreveram sobre esse assunto, temo que, escrevendo eu também, seja considerado presunçoso, sobretudo porque, ao discutir essa matéria, me afastarei do que foi pelos outros prescrito. Porém, sendo meu intento escrever uma coisa útil para quem a escuta, parece-me mais conveniente seguir a verdade efetiva da coisa do que a imaginação sobre ela. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e nem se soube se existiram na verdade, porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver que aquele que abandona o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se (MAQUIAVEL. 2016, p. 75)

O realismo político introduzido, conseqüentemente, tem suas implicações também no campo da ética. O que o pensamento maquiaveliano nos mostra é precisamente uma cisão entre o ideal moral enquanto um decálogo dos bons-costumes e a “*praxys*” política necessária, como dirá Gramsci (1976). Descartando qualquer imperativo moral universal, ele estará, sobretudo, rompendo com a ética cristã da tradição que lhe precedeu, estaria também, de ante mão se afastando do que viria a ser uma concepção moral kantiana. As interrogações de Maquiavel não são sobre os valores e seus fundamentos, “o que lhe interessa de fato é como eles são vividos na esfera da política. Dessa maneira, ao que ele visa é construir um campo de reflexão que seja autônomo em relação à ética, mas não que a desconheça ou a despreze” (BIGNOTTO, 2003, p. 23).

Maquiavel, nesse sentido, estará olhando para a política como um campo independente da ética, o que não significa que a compreensão ética dos indivíduos não poderá influenciar na ordem social e impactar o campo da política. Assim, “ética e política dissolvem seu casamento eterno, mas continuam a conviver na arena dos negócios humanos” (*IBIDEM*, p. 23).

Ele distingue, portanto, a ética cristã do agir político, de forma que, essa segunda, “defendida por Maquiavel, sugere que para ser um bom governante às vezes o mal deve ser a medida a ser tomada para que a cidade seja salva” (DOBRYCHTOP et al. 2018). O que Maquiavel faz não é necessariamente excluir a ética da política como muitos pensam, se trata, na verdade, de uma visão realista acerca da própria

compreensão da ética e também da política que tem em vista a estabilidade e, se preciso for, poderá recorrer à força e a violência em prol de uma finalidade justa e benéfica posterior.

É possível perceber no autor, que há uma forte distinção entre a esfera privada (*oikos*) e a pública (*pólis*) pela própria natureza e objeto de cada campo. Essa distinção marca a filosofia política de Maquiavel e, é perceptível dentro do *Discorsi*, quando o autor narra sobre o assassinado de Remo.

Muitos consideram como mal exemplo o fato de que o fundador de um governo livre, como foi Rômulo, tenha primeiramente assassinado seu irmão, tendo concordado em seguida com a morte de Tito Tácio Sabino, com quem compartilhava o trono. [...] Esta opinião seria bem fundamentada se não se levasse em conta o motivo que conduziu Rômulo àquele homicídio. [...] O legislador sábio, animado do desejo exclusivo de servir não os seus interesses pessoais, mas os do público: de trabalhar não em favor dos próprios herdeiros, mas para a pátria comum, não poupará esforços para reter em suas mãos toda a autoridade. [...] E quando o resultado for bom, como no exemplo de Rômulo, a justificação não faltará. Só devem ser reprovadas as ações cuja violência tem por objetivo destruir, em vez de reparar (MAQUIAVEL, 1994, p. 49)

Ao fazer isso, Maquiavel nos traz a compreensão de que na política o que está em jogo é o êxito de seus objetivos, nela, se estará pensando a finalidade das ações do Estado dentro do realismo político. Maquiavel dirá que os homens devem ser considerados “que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados” (2016, p. 82) e caso não venham a agir dessa forma, pelo menos se foi prudente não ignorando a possibilidade de serem.

Assim, para compreender esses desdobramentos nos entrelaçamentos das circunstâncias da política, Maquiavel irá se utilizar de alguns conceitos bases, dentre eles temos a virtú, a fortuna e a ocasião:

A virtú de Maquiavel se distingue da virtude da tradição humanista e o próprio autor não deixa explícito do que a mesma se trata, embora, baseado no modo de aplicação que o termo é empregado dentro dos seus escritos, é possível compreendê-la enquanto “todo conjunto de qualidades, sejam elas quais forem, cuja aquisição o príncipe possa achar necessária a fim de manter seu estado e realizar grandes feitos” (JANNINI, K. 2016, p. 196). A virtú é um conceito que pode ser compreendido junto dos dois outros conceitos e, ela demonstra uma espécie de contraponto ao conceito de fortuna.

A fortuna se caracteriza “como o fluxo dos acontecimentos, entendido como o que perturba as ações e impede o cálculo” (*IBID.*, p. 187). Faz-se no conceito referência a uma narrativa mitológica, onde uma deusa responsável por distribuir as boas e más sortes, com olhos vendados, joga aleatoriamente sob os mortais suas “fortunas”. Dessa forma, se pode vir a associar fortuna enquanto sinônimo de destino ou acaso. Assim, a fortuna tende a se manifestar na ausência da virtú, pois aquele que não possui virtú fica a depender do acaso. Contudo, a fortuna não é de todo um mal, pois através dela nos surge o que se chama de “ocasião”.

A ocasião é entendida enquanto uma oportunidade que deve ser agarrada pelas qualidades da virtú. Em outras palavras, a virtú se entende como as qualidades necessárias aos feitos, a fortuna como o acaso, e a ocasião como a oportunidade advinda da fortuna. Aquele que detém virtú será astuto para, no momento certo, agarrar a ocasião (oportunidade) trazida pela fortuna.

Um bom exemplo para demonstrar bem toda essa questão ética e política em Maquiavel com seus conceitos, ocorre quando nos voltamos para acerca dos feitos de César Bórgia, filho do papa Alexandre VI, homem do qual o chanceler florentino demonstrava grande estima. Maquiavel narra seu feito no capítulo VII de *O Príncipe*. O feito de Bórgia foi:

Nomeou-se Rimirro de Orco para governar uma de suas províncias com o dever de apaziguar o local, embora, Orco se utilizou de violência excessiva com aquele povo e, pacificou o local. Contudo, adquiriu certo ódio devido a violência usada. Bórgia, ao notar a tensão que surgia na região, aproveitou a “ocasião” e criou um tribunal civil, onde mandou matar Orco, partindo-o ao meio e expondo o mesmo em praça pública (2016, p. 33). Com isso, de acordo com a ética privada, Bórgia agiu errado, mas com vistas aos seus fins políticos, Maquiavel lhe considera um homem de virtú, pois, ao fazer isso passou a aparente imagem para o povo de que não compactuava com a opressão que os mesmos vivenciavam, culpou Orco pelos problemas ocorridos, e se fez temido sem ser odiado. Dessarte, ganhou prestígio do povo e evitou uma eminente rebelião, assim, tirando uma vida poupou muitas que morreriam na rebelião.

Histórias como a do feito de César Bórgia - na qual foi elogiada por Maquiavel - junto de determinadas interpretações do pensamento maquiaveliano, renderam ao escritor de *O Príncipe* considerada má fama. Construiu-se sob sua figura a ideia de que o mesmo defendia que o governante poderia fazer o que fosse para conquistar ou manter

o poder, esse tipo de interpretação resultou no que ficou conhecido como antimachiavelismo⁸², atribuindo-se, em alguns casos, a ideia de que Maquiavel defendesse um regime absolutista. Contudo, tal afirmação necessita ser avaliada com cuidado.

3 – PRINCIPADO OU REPÚBLICA

Como dito, compreende-se e ensina em determinadas linhas de pensamento, que Maquiavel era um defensor daquilo que seria um monarquismo absolutista. Atribuiu-se ao seu nome valor pejorativo, pois sua obra *O Príncipe* aparentemente seria apresentada enquanto um guia para a prática de conquista presenteada aos tiranos de sua época, leitura que se feita de forma descuidada pode acarretar problemas teóricos. Nessa pesquisa, por sua vez, afastamo-nos de tal perspectiva, pois a interpretação aqui defendida é signatária da ideia de um Maquiavel republicano.

Em *O Príncipe*, se ensina, de fato, como conquistar novos principados, como se portar diante de uma guerra com as mais diversas estratégias de tropas e, até mesmo como pode ser útil parecer algo que não se é, como quando o autor afirma que "a um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as qualidades supracitadas, mas é bastante necessário parecer tê-las" (2016, p. 87). Contudo, há aqueles, como Jean-Jacques Rousseau (1999), que dirão que *O Príncipe* foi uma obra constituída de um espírito altamente irônico e que Maquiavel teve, na verdade, por intenção ao produzir tal escrito, alertar o povo acerca das táticas comuns entre os tiranos.

Atualmente, com o desenvolvimento de novas interpretações e, buscando ter uma visão mais holística dos fatos, se entende e aceita dentre alguns especialistas em Maquiavel, de que a sua intenção ao escrever tal obra era de ver uma unificação da Itália⁸³ e receber vantagens pessoais, então para isso seria necessário a atitude de um principado de virtú que tomasse frente na busca de conquistar a vitória rumo uma Itália unificada e vigorosa.

Visando esse objetivo e conhecendo a essência da política enquanto prática humana em suas relações reais, concretas, Maquiavel irá expor em seu tratado como um

⁸²Tradição que antagonizava com Nicolau Maquiavel, geralmente firmada em uma forte matriz católica. Maquiavel foi inserido no *Index Librorum Prohibitorum* (lista de livros proibidos pela Igreja católica) em 1559 pelas mãos do papa Paulo IV.

⁸³ Tal ideia é repousada, dentre diversos fatores, nas condições políticas no qual se encontrava Florença no período de Maquiavel, bem como na sua preocupação com relação as invasões estrangeiras, reiteradas diversas vezes em suas obras, tal como no último capítulo de *O Príncipe*.

governante deve se portar para conseguir conquistar e manter principados, bem como conquistar o respeito do povo, explicitando sua lição de que o governante “precisa saber usar bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos” (2016 p. 86).

Para tanto, isso só seria possível através de armas e leis, pois, segundo ele, ocorre de “os principais fundamentos de todos os estados tanto novos como dos velhos ou dos mistos, são as boas leis e as boas armas” (*Ibid.* p. 59). Assim, não é possível se ter boas leis onde não há boas armas e comumente são boas as leis nos lugares que se tem boas armas.

Defende-se aqui que Maquiavel passava longe de ser um ávido defensor do absolutismo, como muitos pensam. A interpretação presente nesta pesquisa se dá a partir de determinada leitura do *Discorsi*, onde Maquiavel nos diz que

Percebe-se facilmente de onde nasce o amor à liberdade dos povos; a experiência nos mostra que as cidades crescem em poder e em riqueza enquanto são livres. [...] Compreende-se a razão disto: não é o interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo. E é evidente que o interesse comum só é respeitado nas repúblicas: tudo o que pode trazer vantagem geral é nelas conseguido sem obstáculos (1994, p. 197-198).

O diplomata florentino, que não cansava de elogiar a antiga Roma, era um defensor de um sistema de modelo republicano, tal como é demonstrado no Discurso Sobre a Primeira Década de Tito Lívio. Visto seu apreço pela liberdade, o mesmo fazia a associação de que a república era o único regime capaz de proporcionar ao povo um maior nível de liberdade, garantindo por maior tempo sua durabilidade diante da tensão dos divergentes humores (interesses) da cidade. Nesse sentido, segundo Newton Bignotto (2003, p. 43), “os dois eixos centrais do regime republicano são para nosso autor a liberdade e a igualdade “

Maquiavel, assim como outros autores que o antecederam, retomavam continuamente aos estudos e exemplos da vida política da Roma Antiga, para averiguar sobre seus feitos e se embasarem na construção de uma autêntica política de sua época. Com isso, diferentemente do período medievo que os homens se dedicavam a contemplação, ao olhar dos humanistas se tornava também necessário os homens ocuparem a política cada vez mais de forma a tornar suas vidas melhores.

Para isso, a natureza conflitiva da comunidade tomará grande importância no pensamento maquiaveliano, pois, será ela o motor que impulsionará a república para o estabelecimento de boas leis, buscando, em certo sentido, constituir através do exercício dialético, relativa assimetria dos desejos entre os interesses dos grandes⁸⁴ e do povo. É através do conflito - tal como o pensador exemplifica com a relação do senado e povo em Roma - que se constrói o exercício de participação política.

Entretanto, ao falarmos de república, liberdade e busca por uma vida melhor com participação popular, em Maquiavel essa não deve

Ser confundida com uma defesa irrestrita de seus valores com a crença em uma pureza de sentimentos, que nunca abandonaria a causa da liberdade. Em vários momentos de sua obra ele mostra que o povo pode estar na origem da decadência das instituições republicanas e pode mesmo ser capaz de muitas crueldades (BIGNOTTO, N. 2003, p. 22).

Então para que tais concepções se inserissem de fato na política de maneira fiel ao realismo maquiaveliano, seria necessário trazer o cidadão a uma vida em que pulsasse o interesse pela resolução dos problemas da cidade. Afinal, a questão é também, não a dificuldade que se pode ter em imaginar repúblicas ideais, mas sim em encontrar os caminhos que levem efetivamente até ela.

Maquiavel elaborava na formulação de sua república a necessidade do Estado e das instituições legais garantirem seu bom funcionamento e sua autonomia diante desses diversos humores da cidade, para assim não ocorrer de facções⁸⁵ lutarem unicamente por seus interesses particularistas, gerando o que o Maquiavel entende por corrupção, isto é, o desacordo entre a forma⁸⁶ e a matéria⁸⁷. Essa república terá então de mediar os conflitos inerentes da cidade. Isso porque os conflitos são inevitáveis, eles nascem de desejos antagônicos, onde um quer oprimir e o outro quer não ser oprimido, logo, a satisfação de um representa a insatisfação de outro. Querendo, portanto, suportar os

⁸⁴ Maquiavel utiliza esse termo buscando se referir aos poderosos de uma cidade, não em sentido histórico ou moral, mas no que tange a sua influência, força política ou econômica de domínio.

⁸⁵ A facção é compreendida com sentido pejorativo em Maquiavel, onde se entende como sendo o partido, uma cisão dentro dos interesses de uma classe que estará visando seus particularismos e gerando o que se compreende por corrupção.

⁸⁶ A forma, segundo Maquiavel, é tudo aquilo que ordena a matéria; onde, enquanto os homens são considerados matéria por serem sujeitos da cidade, a forma seria aquilo que se imprime nessa matéria, ou seja, as leis, ordenações e diretrizes que possibilitarão uma relação de liberdade.

⁸⁷ Matéria é utilizada aqui em Maquiavel como um substrato ao qual ganhará será empregado uma forma, podendo entender a mesma, nesse contexto, como população, a cidade, etc.

diferentes humores, a república necessitará que dos conflitos presentes na esfera pública resultem em boas leis. Dentre esses diversos humores, ressalta-se ainda que, é preferível o popular invés aos dos grandes, visto que os grandes almejam oprimir com o poder e já o povo apenas deseja não ser oprimido.

Dessa forma, na compreensão republicana de Maquiavel, faz-se necessário um regimento de leis elaboradas com participação popular e garantidas por instituições fortes que venham a mediar os atritos. O exército, por sua vez, deveria ser de tropas populares que componham a força desse Estado, pois “nas circunstâncias da vida italiana do século XV os humanistas acreditavam que nenhuma cidade podia se dizer livre se não pudesse governar seus interesses sem a interferência de outros povos ou instituições” (BIGNOTTO, 2003, p. 30). Essa tropa formada por cidadãos ficaria responsável pela garantia da segurança e até mesmo possível expansão do Estado, uma vez que, para Maquiavel uma tropa formada pelo próprio lutaria com mais afinco para defender sua liberdade.

4 – CONTRIBUIÇÕES PARA A ATUALIDADE

Nicolau Maquiavel merecidamente teve tanto peso na balança da história, uma vez que foi alguém que soube olhar a realidade e a partir disso pensar algo novo, construir uma forma de pensamento que ninguém antes teve o interesse e percepção de desenvolver com tal maestria. Decerto muitas foram suas inestimáveis contribuições para o pensamento político como um todo, sendo, portanto, inviável o esgotamento das mesmas em uma pesquisa, sobretudo, porque como disse Antonio Gramsci, “o caráter fundamental do Príncipe é o de não ser um tratado sistemático, mas um livro ‘vivo’, no qual a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do ‘mito’” (apud PORTANTIERO. 2009. n.p.). E somente um pensamento “vivo” seria capaz de fazer aflorar tão importantes desdobramentos teóricos.

O pensamento vivo de Maquiavel foi o que nos possibilitou ao mesmo tempo uma análise consistente do passado e contribuições para o futuro. Através de seu método histórico, empírico e comparativo que, Maquiavel foi em seu tempo, o autor que melhor chegou perto de compreender as relações sociais e seu entrelaçamento de forças no campo político.

Foi Maquiavel que inaugurou o que hoje conhecemos como realismo político e, tal feito só foi possível, na medida em que o mesmo rompeu com a tradição filosófica

que o antecedeu, buscando uma compreensão concreta da realidade. Dessa forma o autor se aproximou da percepção da materialidade daquilo que viria a ser compreendido como um processo dialético na sociedade, ao qual ganhara corpo teórico consistente no materialismo-histórico de Karl Marx (1818-1883). Muito embora, se faz salutar que aqui se deixe claro alguns distanciamentos e aproximações entre ambos os autores, visto que vivenciaram tempos muito diferentes um do outro, consequentemente reverberando em suas obras.

Maquiavel, demonstra o papel do conflito na política quando o mesmo ressalta que “o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo” (2016, p. 45), frase que enfatiza uma certa compreensão dialética do autor, na qual, segundo Claude Lefort, estaria antecipando o que viria a ser conhecido como luta de classes (MENEZES, M., 2014). O processo conflitivo em Maquiavel, contudo, não se dá de mesma forma que em Karl Marx; enquanto Marx verá um ponto de emergência na desigualdade e a possibilidade de superação da contradição, Maquiavel entenderá que, o processo conflitivo é irremediável, derivam-se dos desejos, dos humores opostos da natureza humana na política. Assim, ver-se-á que Maquiavel olha para a política com a visão de alguém que não excluirá a participação dos afetos humanos.

O conflito em Maquiavel surge através de dois humores opostos, devido um desejar oprimir e o outro desejar de não ser oprimido. Assim, para o autor,

[...] de fato, se se examinar com atenção o modo como tais desordens terminaram, ver-se-á que nunca provocaram o exílio, ou violências prejudiciais ao bem público, mas que, ao contrário, fizeram nascer leis e regulamentos favoráveis à liberdade de todos (MAQUIAVEL. 1994, p. 31)

A liberdade da República em Maquiavel é, portanto, fruto do conflito, na medida em que através dele se estabelece maior igualdade. O autor florentino, por isso, dirá que “o que assegura às repúblicas mais vida [...] duradoura do que aquela das monarquias é o fato de poder, dada a variedade e a diferença do gênio de seus cidadãos, se acomodar melhor [...] às mudanças do tempo do que aquele regime” (apud BIGNOTTO. 2003, p.20).

Karl Marx, por sua vez, também estará trazendo o conflito para o centro de seu pensamento político, ambos os autores irão ver a sociedade cindida, contudo, Marx

estará a abordando partindo não dos desejos próprios dos homens, mas sim dos meios de produção e a contradição entre os interesses de duas classes. Para ele, essa contradição teria bases objetivas bem sólidas que influenciariam a consciência dos indivíduos. Assim como Maquiavel, Marx deve ser considerado também um realista: “o primeiro afirma expressamente dedicar-se à *verità effettuale della cosa*; o segundo pretende ter invertido a teoria idealista hegeliana” (AMES, J., 2008, p. 56)

Enquanto Maquiavel pensa o conflito como um processo constante e insuperável, Marx olhará para o mesmo com vistas a superação de sua contradição, na qual ele acredita ser marcada pela diferença entre os detentores e não detentores dos meios de produção. Outrossim, Marx dirá que

Se o proletariado, na luta contra a burguesia, necessariamente se unifica em classe, por uma revolução se faz classe dominante e como classe dominante suprime pela força as velhas relações de produção, então suprime, juntamente com estas relações de produção, as condições de existência do antagonismo de classes [...] (1998, p. 31 apud AMES, 2008, p. 60)

Desse modo, segundo Ames (2008, p. 61), essa diferença se dá pela forma distinta como ambos compreendem a história: Em Maquiavel não há um progresso histórico que vá em direção a um *telos*; já para Marx – que teve herança de Hegel – a história caminha para uma síntese que irá superar as contradições.

Por fim, salvo as diferenças entre Maquiavel e Marx, ambos têm em sua forma de abordar a política o compromisso com a realidade, com a liberdade, com a igualdade, tem o conflito como ponto significativamente importante, partem de uma base empírica para conceber o real, e deixaram de herança grandes contribuições para pensar a política. Por isso mesmo, ousamos dizer que Maquiavel e Marx, foram os dois principais pensadores políticos responsáveis por conceber e fazer sua política partindo sempre “da terra ao céu”⁸⁸ e não o contrário.

Ambos foram capazes de olhar para a realidade e propor ações que partam de sua condição histórico-política para alcançar seus objetivos. A grande contribuição que nos deixaram foi mostrar que para se alcançar a liberdade partindo de condições concretas, se faz necessário o jogo de forças antagônicas presentes na política:

⁸⁸ Expressão que Marx e Engels usam ao criticar a filosofia idealista de seu tempo.

Maquiavel enquanto precursor de uma determinada democracia moderna; E, Marx enquanto precursor de uma democracia que ainda se busca construir

4.1 - Instrumentos para Praxys

Maquiavel, alertando-nos acerca dos feitos da política, intencionalmente ou não, nos fornece um aparato que nos arma contra estratégias tirânicas. Entendendo O Príncipe, de Maquiavel, sob o prisma de uma obra “viva”, como apontada por Gramsci, é possível ter noção do porquê de tal obra se manter tão atual e possibilitar tantos desdobramentos teóricos. A centralidade de O Príncipe ronda os meios pelos quais um governante pode manter e expandir seu poder, de forma que o próprio Gramsci sabendo ver a atualidade da obra, adaptou-a sob a hegemonia do partido.

Ainda, no *Discorsi*, apesar da distinção entre a república maquiaveliana e nosso atual Estado Democrático de Direito, faz-se grande contribuição para analisar a conjuntura política atual. Assim, de tal forma que se Dilma Rousseff tivesse com participação popular construído instituições fortes que mediassem os conflitos de humores da República, talvez pudesse ter evitado seu *impeachment* e a crise que tomou a nação após isso.

O fato é, que se soubermos bem compreender e adaptar a obra maquiaveliana enquanto um pensamento “vivo”, ela nos fornecerá instrumentos muito válidos para o agir político em nossos dias. Nesse sentido, Maquiavel nos fornece uma série de conselhos úteis para a prática política, como quando afirma a necessidade de cuidado com a escolha dos ministros; quando nos diz sobre não fornecer mais poder a alguém que já é poderoso, para não correr risco do mesmo lhe trair; quando nos fala também acerca da necessidade de visualizar um mal em seu início, pois “no princípio o mal é fácil de curar e difícil diagnosticar, mas com o passar do tempo, não tendo sido nem diagnosticado nem medicado, torna-se fácil diagnosticá-lo e difícil curá-lo” (2016, p. 14), ou seja, ser sempre prudente e saber agir na hora certa ante a ocasião. Assim, o autor nos possibilita entender, com as devidas adaptações históricas, uma realidade estratégica que nos instrumentaliza acerca do fazer política e de seu funcionamento, nos blindando contra concepções ingênuas e idealistas que tendem a fugir da realidade. “Pois um homem que queira fazer em todas as partes profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons” (MAQUIAVEL, 2016, p. 75).

Ademais, o pensador florentino nos alerta contra os particularismos que levam até a corrupção das instituições. No Brasil, em plena pandemia da covid-19, alguns indivíduos buscam de toda forma burlar as leis estabelecidas com intenção de se tirar vantagem privada. Maquiavel, nos diz que "é incontestável que uma cidade corrompida, que vive sob o domínio de um príncipe, não recobrará jamais a liberdade, ainda que o príncipe e sua raça sejam destruídos" (MAQUIAVEL, 1994, p. 73). Como um verdadeiro "educador político", ensina-nos que a liberdade de uma república depende também do seu povo possuir amor às leis e aos bons costumes. Pois assim "[...] os tumultos não chegam a ser daninhos: mas quando está corrompida, mesmo as leis melhor ordenadas são impotentes a menos que sejam manipuladas [...] por uma personalidade vigorosa, respeitada pela sua autoridade, e que possa cortar o mal pela raiz" (IBID., p. 74). Afinal, segundo o autor, uma sociedade corrupta nunca poderá se tornar uma sociedade livre.

Por isso, as contribuições do autor para a história da filosofia política e para nossa atualidade ainda são incontáveis, nos abrem leques para diversas construções teóricas em suas diversas ressignificações, como já nos fizeram tantos pensadores com as obras maquiavelianas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta tudo o que foi dito anteriormente e buscando uma interpretação que seja capaz de expressar a complexidade do autor, considera-se que o mesmo possui de veras relevância na prateleira da produção de conhecimento da humanidade, alguém cujo *tanto nomini nullum por elogium*⁸⁹, colocando-o como um autor de contribuições inestimáveis para diversas esferas do saber, sobretudo, das ciências humanas e filosofia.

Foi possível através da pesquisa bibliográfica levantada, destrinchar trechos de suas obras, partindo do aparente e particular para uma compreensão mais geral e articulada. Fazendo-nos expressar, com ajuda dos comentadores, o enorme papel de suas obras na história do conhecimento político.

Maquiavel, apresentando-nos uma nova forma de olhar os fatos, inaugurando-nos o realismo político, traz para a humanidade uma nova janela que abre leques de

⁸⁹ "Tão grande nome nenhum elogio alcança-o", frase escrita na lápide de Maquiavel, em Florença.

possibilidades em vistas de compreender o fazer política. E mesmo sendo um autor de cerca de cinco séculos atrás, ainda nos possibilita todo um arcabouço para pensar refletir a atualidade, desde que compreendemos as mudanças de nosso tempo e saibamos a adaptar, compondo sempre uma contínua maneira heurística de desvelar as relações de poder, a formação dos Estados, do fazer política em suas mais diversas possibilidades.

Por fim, a pesquisa levantada que teve como intuito apresentar uma leitura de Maquiavel, mas de forma alguma pretende esgotar o tema estudado, tendo em vista que a mesma serve como reafirmação da amplitude do autor.

REFERÊNCIAS

- AMES, José L. **Uma Teoria do Conflito: Maquiavel e Marx**. Revista Educare et Educere, Cascavel-PR, Vol. 3 nº 6, p. 55-66. jul./dez. 2008.
- ANDERY, Maria Amália. et al. **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. 16 ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2012
- BÍBLIA. N. T. Romanos. in **Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamentos**. Tradução: Valmar da Silva. São Paulo. Paulus, 2014.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2003.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paul., Editora Loyola, 1991
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1976.
- JANNINI, K. "Glossário" in: MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**, Ed 4ª. São Paulo. Martins Fontes. 2016.
- MAQUIAVEL, N. **Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. 3ª Ed. Tradução: BATH, Sérgio. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994.
- MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. Ed 4ª. São Paulo. Martins Fontes. 2016.
- MENEZES, M. L. **A Dialética do Desejo e o Conflito no Republicanismo de Maquiavel**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 45, n. 2, p. 65-81. jul./dez, 2014
- PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. **Discurso Sobre a Dignidade do Homem**. Tradução e introdução de Maria de Lurdes Sirgado Ganho. Lisboa. Edições 70, 2001.

PORTANTIERO, J. C. **Gramsci, Leitor de Maquiavel**. Gramsci e o Brasil, 2009. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1113>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

ROUSSEAU, J-J. **Do Contrato Social**: in Os Pensadores, Vol. I. Tradução: MACHADO, L. S. São Paulo. Nova Cultural, 1999.

STREFLIG. S. R. **A Filosofia Política na Idade Média**. Pelotas, Dissertatio Incipiens, 2016